

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1. (RE) PENSANDO AS FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO DESPORTIVO BRASILEIRO	11
<i>Bruna Luíza de Oliveira</i> ✓	
<i>Davidson Malacco Ferreira</i> ✓	
2. A FORÇA DA ÉTICA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	25
<i>Paulo Maurício Ribeiro Pires</i>	
3. A LEGITIMAÇÃO DA TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE-FIM NA REFORMA TRABALHISTA	35
<i>Marcelo Soares</i> ✓	
<i>Karem Gaston</i>	
4. A NORMATIZAÇÃO E A TRAMITAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO: BREVES CONSIDERAÇÕES	57
<i>Ana Cláudia Nascimento Gomes</i>	
5. A TUTELA PROVISÓRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SUA APLICAÇÃO AO PROCESSO DO TRABALHO	79
<i>Maria Cecília Alves Pinto</i> ✓	
<i>Renata Marra Hilel Cardoso</i>	

**6. APLICABILIDADE DA SÚMULA 244, II, DO TST,
NA HIPÓTESE DE INÉRCIA DA GESTANTE..... 95**

Paulo Chaves Correa Filho

Pedro Almeida Brescia

**7. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO,
PREVISTO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
AO PROCESSO DO TRABALHO..... 105**

Lucilde D' Ajuda Lyra de Almeida

**8. AS ALTERAÇÕES DO INSTITUTO DA EQUIPARAÇÃO
SALARIAL À LUZ DA REFORMA TRABALHISTA SOB A
ÓTICA DOS RISCOS EMPRESARIAIS QUANDO
DA APLICAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DOS
NOVOS REQUISITOS..... 117**

Marcelo Soares

Rafaela Maria De Oliveira

**9. AS FONTES DO DIREITO DO TRABALHO
CONTEMPORÂNEO E A JURISPRUDÊNCIA..... 137**

Marcus Moura Ferreira

Márcio Flávio Salem Vidigal

**10. BREVES APONTAMENTOS SOBRE O NOVO
CONTRATO DE TRABALHO DOMÉSTICO À LUZ
DA EMENDA CONSTITUCIONAL 72/2013 E LEI
COMPLEMENTAR 150/2015..... 157**

Marcelo Oliveira da Silva

**11. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO: APONTAMENTOS
EM FACE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E
DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 169**

Denise Alves Horta

**12. EMPREGADO PÚBLICO CELETISTA E A (DES)
NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO PARA DISPENSA..... 197**

Deophanes Araújo Soares Filho

13. ESTRUTURA JUDICIÁRIA TRABALHISTA CONTEMPORÂNEA	211
<i>Vitor Salino de Moura Eça</i> ✓	
14. INICIATIVA PROBATÓRIA NO SEGUNDO GRAU	223
<i>Leonardo Tibo Barbosa Lima</i> ✓	
<i>Luíz Otávio Linhares Renault</i>	
15. O ASSÉDIO MORAL NO TELETRABALHO	241
<i>Brenda Lorêdo de Souza</i> ✓	
<i>Felipe de Ávila Ferraz</i> ✓	
16. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A PROTEÇÃO COLETIVA AO DIREITO FUNDAMENTAL À RELAÇÃO DE EMPREGO REGULAR: O COMBATE ÀS TERCEIRIZAÇÕES ILÍCITAS ATRAVÉS DAS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS	283
<i>José Roberto Freire Pimenta</i> ✓	
<i>Adriana Campos de Souza Freire Pimenta</i> ✓	
17. OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES NA UTILIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE FRENTE À CONVENÇÃO 158 DA OIT E O ART. 7º, I, DA CR/88.	325
<i>Ítalo Moreira Reis</i> ✓	
<i>Maíra Neiva Gomes</i> ✓	
18. PERÍCIAS JUDICIAIS DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE E AS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA REFORMA TRABALHISTA ACERCA DO TEMA	337
<i>Ricardo Martins Ramos</i>	
19. TELETRABALHO: CONCEITO, MODALIDADES E REGULAMENTAÇÃO NA REFORMA TRABALHISTA	359
<i>Talita Camila Gonçalves Nunes</i>	
<i>Marcílio Ferreira de Araújo</i>	

20. OBSERVAÇÕES PONTUAIS SOBRE A REFORMA TRABALHISTA	381
---	------------

Júlio Bernardo do Carmo

21. ASPECTOS CONTROVERTIDOS DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO: A POSSIBILIDADE DE COEXISTÊNCIA COM O JUS POSTULANDI E A INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DA LEI Nº 13.467/2017	401
--	------------

Bárbara Natália Lages Lobo

Regiane Pereira da Silva

22. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS AO PROCESSO JUDICIAL BRASILEIRO	419
--	------------

Mauricio Godinho Delgado

OS AUTORES	457
-------------------------	------------